

DIFÍCULDADES ATRASAM PROCESSO

Grande quantidade de documentação a ser conferida retarda início de cassações em uma semana

O processo de cassação de 16 deputados federais, um suplente e um senador incriminados pela CPI do Orçamento começará com pelo menos uma semana de atraso, devido à dificuldade material de organizar por ordem lógica, conferir e fotocopiar 1 tonelada de documentos, extratos bancários e provas produzidas durante as investigações. A cassação será analisada pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJs) da Câmara e do Senado, onde será oferecida ampla defesa aos acusados, mas para que isso ocorra, são necessários não apenas o rela-

tório final, já entregue pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PFL-PA), como todos os anexos contendo a documentação levantada durante as investigações.

O adiamento foi confirmado pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que tem demonstrado preocupação com a rapidez do julgamento dos envolvidos no escândalo do Orçamento. No caso dos indicados para cassação, o material será imediatamente enviado à CCJ, acompanhado de representação contra os acusados. Aqueles que a CPI sugeriu o prossegui-

mento das investigações terão seus nomes remetidos ao Ministério Público, à Receita Federal, ou à Corregedoria da Casa, conforme o caso.

Ontem, o líder do PMDB na Câmara, deputado Tarcísio Delgado (MG), confirmou a existência de um acordo partidário para indicação do deputado José Thomaz Nonô (PMDB-AL) como novo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em substituição ao deputado José Dutra (PMDB-AM), cujo mandato expira em 15 de fevereiro. Nonô foi presidente da controvertida CPI da Vasp.

Para evitar surpresas no meio do processo de cassação dos envolvidos no escândalo do Orçamento, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), sugeriu ao PMDB que escolhesse o presidente da Comissão o mais rápido possível, mesmo que o escolhido participe dos trabalhos apenas como membro até tomar posse em 15 de fevereiro.

Para deliberar sobre essa e outras questões, relativas tanto à CPI do Orçamento quanto à revisão constitucional, o PMDB reunirá sua bancada hoje a partir das 10h na Câmara.